



ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL - CMAS DE SOBRAL, OCORRIDA NO DIA 14 DE OUTUBRO DE 2026

Aos décimo quarto dias do mês de outubro do ano de dois mil e vinte e seis, realizou-se, de forma virtual, a Reunião Ordinária do Conselho Municipal de Assistência Social – CMAS, contando com a participação de conselheiros representantes do poder público e da sociedade civil, representantes de instituições socioassistenciais, convidados e demais participantes. A reunião teve como objetivo promover a apreciação, discussão e encaminhamento das pautas previstas, em conformidade com as atribuições e competências deste Conselho.

Pautas: Apresentação do Plano de Trabalho do Instituto Trevo de Quatro Folhas/Casa Acolhedora de Sobral, referente ao exercício de 2026.

ESTIVERAM PRESENTES OS CONSELHEIROS:

Representantes do Poder Executivo - Gestão 2025 - 2027

1. Ana Gilmaiza Tomaz Lourenço (Titular e Presidente) - Secretaria dos Direitos Humanos e da Assistência Social - SEDHAS
2. Aliny Aguiar Parente Quariguasi (Titular) - Secretaria Municipal da Educação
3. Ivone do Vale Prado Afonso (Titular) - Secretaria do Trabalho e Desenvolvimento Econômico - STDE
4. Iarasmin Vaz de Sousa (Suplente) - Secretaria do Planejamento e Gestão
5. Aline Yara Nogueira Freire (Suplente) - Secretaria do Urbanismo, Habitação e Meio Ambiente - SEUMA

Representantes da Sociedade Civil - Gestão 2025 - 2027

1. Ailma Maria Gurgel da Silva (Suplente) - Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais - APAE Sobral
2. Francisca Francirene Tomaz Parente (Titular) - Obra Social Nossa Senhora da Glória - Fazenda da Esperança
3. Paulo Glaydson Sousa Costa Lopes (Titular) - Sociedade de Apoio à Família Sobralense - SAFS
4. Maria Macilene de Sousa (Titular) - Núcleo do Conselho Regional de Serviço Social - NUCRESS

Representantes de Usuários do SUAS - Gestão 2025 - 2027

1. Erilene Sousa Mendes (Suplente) - CRAS Dom José
2. Maria Angélica Rodrigues Pinheiro (Suplente) - Instituto Trevo de Quatro Folhas/Casa Acolhedora de Sobral

Observador/Convidados(as)

Kayo Henrique Menezes Martins - Coordenador do Instituto Trevo de Quatro Folhas/Casa Acolhedora de Sobral;

Francisca das Chagas Mesquita da Silva - Presidente da Sociedade de Apoio à Família Sobralense - SAFS.

A reunião teve início com a presidente Ana Gilmaiza, cumprimentando os conselheiros presentes e agradeceu a participação, a disponibilidade e o compromisso de todos com o desenvolvimento das atividades do Conselho. Na ocasião, solicitou a compreensão dos participantes quanto à necessidade de eventuais alterações nas datas das reuniões previstas no cronograma habitual, esclarecendo que os ajustes se justificam pela necessidade de atender às demandas apresentadas pelas Organizações da Sociedade Civil (OSCs), especialmente aquelas relacionadas aos processos de inscrição, atualização cadastral e acompanhamento dos serviços socioassistenciais. Ressaltou que a atuação do Conselho deve estar pautada no diálogo permanente, na cooperação institucional e na responsabilidade compartilhada entre o poder público e a sociedade civil, de modo a contribuir para o fortalecimento das entidades e para a qualificação da política municipal de assistência social.

Dando continuidade aos trabalhos, a presidente apresentou informes referentes à organização e ao funcionamento das comissões temáticas, enfatizando a necessidade de intensificar as atividades da Comissão Temática Permanente de Documentação e Cadastro, sobretudo no que diz respeito à realização de visitas institucionais, à análise dos processos de inscrição e à atualização das informações das entidades socioassistenciais vinculadas ao Conselho. Informou que o CMAS possui aproximadamente 74 instituições cadastradas e que, até aquele momento, haviam sido realizadas cerca de dez visitas institucionais, quantitativo considerado insuficiente diante do volume de demandas existentes. Diante desse cenário, destacou a importância da participação efetiva dos conselheiros nas atividades da comissão, com vistas à ampliação da capacidade de acompanhamento das instituições e ao cumprimento das atribuições legais e administrativas do colegiado.

A presidente também mencionou a procura da Associação Servos da Divina Misericórdia, que manifestou interesse em iniciar o processo de inscrição junto ao CMAS. Sobre essa demanda, esclareceu que não seria possível estabelecer, naquele momento, um prazo exato para a conclusão do procedimento, tendo em vista que a tramitação depende da disponibilidade dos conselheiros para a realização da visita institucional, bem como da análise dos documentos e dos registros necessários à instrução do processo. Reforçou que as visitas deverão contar com a participação de no mínimo dois conselheiros, a fim de possibilitar uma avaliação conjunta das condições de funcionamento da instituição, das atividades desenvolvidas e da documentação apresentada. Destacou, ainda, que o acompanhamento realizado pelo Conselho constitui uma etapa importante para a regularidade dos registros institucionais e para o fortalecimento da atuação das organizações, especialmente diante de exigências relacionadas a certificações, parcerias, editais e outras oportunidades de financiamento. Nesse sentido, a presidente enfatizou que o trabalho da Comissão de Documentação e Cadastro não deve se limitar à realização das visitas, sendo igualmente necessário assegurar a elaboração e a entrega dos respectivos relatórios técnicos ou registros de visita, de modo que as informações levantadas possam ser submetidas à apreciação do plenário e utilizadas para subsidiar as decisões do Conselho. Informou que havia situações em que as visitas já tinham sido realizadas, mas os relatórios correspondentes ainda não haviam sido encaminhados, circunstância que dificultava a continuidade dos procedimentos administrativos e a conclusão das análises. Por esse motivo, solicitou maior comprometimento dos conselheiros envolvidos, ressaltando a importância de organizar as agendas, cumprir os encaminhamentos assumidos e apresentar a documentação necessária dentro de prazo compatível com o andamento dos processos. Após consultar os participantes sobre a existência de outros informes ou solicitações, e não havendo novas manifestações registradas naquele momento, deu prosseguimento à pauta, passando a palavra ao convidado Kayo Henrique, para apresentar o Plano de Trabalho do Instituto Trevo de Quatro Folhas/Casa Acolhedora de Sobral, referente ao exercício de 2026.

Ao iniciar sua apresentação, Kayo Henrique agradeceu a oportunidade de apresentar o trabalho desenvolvido pela instituição e destacou a importância do diálogo com o Conselho Municipal de Assistência Social para a apreciação, o acompanhamento e o fortalecimento das ações socioassistenciais. Esclareceu que a apresentação tinha como

finalidade expor os principais elementos do Plano de Trabalho para 2026, contemplando os objetivos institucionais, o público atendido, as atividades previstas, as estratégias de acompanhamento e os aspectos relacionados ao planejamento orçamentário. Ressaltou que a exposição buscava proporcionar aos conselheiros uma compreensão abrangente da proposta, possibilitando o esclarecimento de dúvidas e a análise das ações planejadas para a continuidade do serviço.

Na apresentação institucional, explicou que a Casa Acolhedora de Sobral, vinculada ao Instituto Trevo de Quatro Folhas, desenvolve ações direcionadas a mulheres gestantes e puérperas que fazem uso de substâncias psicoativas, bem como a seus filhos e filhas. Destacou que o trabalho tem como propósito oferecer acompanhamento, orientação e apoio às mulheres e às crianças, considerando as situações de vulnerabilidade social que podem comprometer o acesso a direitos, a continuidade dos cuidados em saúde, o fortalecimento dos vínculos familiares e o desenvolvimento infantil. Ressaltou que a atuação da instituição busca prevenir situações de negligência e abandono, favorecer a proteção integral das crianças, fortalecer a relação entre mães e filhos e ampliar as possibilidades de inclusão social e autonomia das mulheres atendidas.

Ao contextualizar a trajetória da instituição, o representante explicou que a criação e a continuidade do serviço estão relacionadas à identificação de necessidades existentes no município, especialmente no que se refere às dificuldades enfrentadas por mulheres durante a gestação e o período puerperal, incluindo situações em que o acompanhamento pré-natal e o acesso regular aos serviços públicos se mostram insuficientes. Nesse contexto, destacou a importância de estabelecer estratégias de aproximação com as usuárias, promovendo acolhida, escuta qualificada e articulação com os serviços da rede pública, a fim de favorecer o acesso ao acompanhamento em saúde e à proteção social. Informou, ainda, que, durante o ano de 2025, foram acompanhadas 34 mulheres, entre gestantes e puérperas, além de 78 crianças vinculadas às famílias atendidas, números que demonstram a abrangência do trabalho desenvolvido e a necessidade de continuidade das ações.

Em relação ao planejamento para o exercício de 2026, Kayo Henrique informou que a instituição estabeleceu como referência a previsão de atendimento de 50 mulheres, considerando as condições de funcionamento do serviço e os recursos disponíveis para a execução das atividades. Na apresentação do planejamento financeiro, esclareceu que o valor anteriormente previsto era de R\$ 432.000,00(quatrocentos e trinta e dois mil

reais), enquanto o recurso destinado ao exercício de 2026 passou a ser de R\$ 320.000,00(trezentos e vinte mil reais), representando uma redução significativa no orçamento disponível. Diante dessa alteração, ressaltou a necessidade de adequar o planejamento financeiro e operacional, estabelecer prioridades e organizar as atividades de maneira compatível com os recursos existentes, buscando preservar a continuidade do atendimento e a qualidade das ações desenvolvidas. Destacou, nesse sentido, o compromisso da instituição com a utilização responsável dos recursos e com a manutenção dos serviços considerados essenciais para o público atendido.

Na sequência, apresentou informações sobre a estrutura física e a rotina de funcionamento da Casa Acolhedora. Informou que a instituição está localizada no bairro Campo dos Velhos, no município de Sobral, em imóvel cedido pela administração municipal mediante regime de comodato, e que o atendimento ocorre de segunda a sexta-feira, no horário das 8h às 17h, conforme as informações apresentadas durante a exposição. Explicou que a organização das atividades busca considerar as necessidades e as possibilidades de participação das mulheres, que podem permanecer na instituição durante todo o período de funcionamento ou participar das atividades em um dos turnos, conforme a dinâmica do atendimento. Quanto às crianças, esclareceu que a rotina procura manter articulação com a frequência escolar, de modo que a participação nas atividades da Casa Acolhedora ocorra, quando aplicável, no contraturno escolar, favorecendo a conciliação entre o acompanhamento familiar, a educação e o desenvolvimento infantil.

No que se refere ao público prioritário, o representante destacou que o serviço é destinado a gestantes e mulheres que fazem uso de substâncias psicoativas, especialmente aquelas que vivenciam situações de vulnerabilidade social, insegurança alimentar, fragilidade dos vínculos familiares e dificuldades de acesso aos serviços públicos, bem como a seus filhos e filhas. Ressaltou que as necessidades desse público exigem uma abordagem ampla e articulada, uma vez que as situações vivenciadas pelas mulheres não se restringem ao uso de substâncias, envolvendo também questões relacionadas à saúde, à proteção social, à maternidade, à prevenção da violência, à educação, à segurança alimentar e à autonomia econômica. Dessa forma, enfatizou que o atendimento busca considerar as particularidades de cada mulher e de sua família, respeitando suas necessidades e contribuindo para a construção de alternativas de cuidado e proteção.

Ao apresentar os objetivos previstos no Plano de Trabalho de 2026, Kayo Henrique ressaltou a importância de desenvolver ações voltadas à prevenção de situações de negligência e abandono, ao fortalecimento dos vínculos entre mães e filhos, à promoção do desenvolvimento integral das crianças e ao acompanhamento das mulheres em suas necessidades sociais. Explicou que as atividades planejadas buscam ampliar o acesso a direitos, estimular a participação das usuárias nas ações ofertadas e fortalecer as relações familiares e comunitárias. Entre as estratégias mencionadas, destacou a realização de atividades educativas e recreativas, oficinas de geração de renda, acompanhamento psicossocial, incentivo à escolarização, encaminhamentos para os serviços públicos e articulação com as políticas de assistência social, saúde, educação, esporte, cultura e garantia de direitos. Ressaltou que a integração dessas ações contribui para uma abordagem mais abrangente das demandas identificadas e para a construção de respostas compatíveis com as necessidades das mulheres e das crianças atendidas.

No eixo da proteção social e do atendimento integrado, explicou que o trabalho da instituição envolve acolhida, escuta qualificada, identificação das necessidades das usuárias e construção de estratégias de acompanhamento, considerando as particularidades de cada situação. Destacou que o atendimento requer articulação contínua com a rede socioassistencial e com os demais serviços públicos, tendo em vista que as demandas apresentadas pelas mulheres e por suas famílias podem envolver diferentes áreas de atuação. Nesse sentido, mencionou a importância dos encaminhamentos, conforme as necessidades identificadas, para os serviços de assistência social, saúde, saúde mental, Defensoria Pública, Ministério Público e Conselho Tutelar. Ressaltou que a comunicação entre os serviços e o acompanhamento dos encaminhamentos são fundamentais para favorecer a continuidade do atendimento, evitar a fragmentação das ações e ampliar as possibilidades de proteção e garantia de direitos.

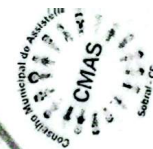
Em relação à promoção da saúde integral, destacou a relevância do acompanhamento pré-natal, da realização de consultas e exames, da atualização da situação vacinal e do monitoramento do crescimento e do desenvolvimento das crianças. Também ressaltou a importância de facilitar o acesso aos serviços de saúde mental, considerando as necessidades relacionadas ao uso de substâncias psicoativas e a outras situações que possam demandar acompanhamento especializado. Informou que a instituição busca

fortalecer a articulação com as equipes de Saúde da Família, os Centros de Atenção Psicossocial (CAPS) e os demais serviços da rede municipal, de modo a contribuir para a continuidade do cuidado e para a construção de estratégias de atendimento adequadas às necessidades identificadas. Enfatizou, ainda, a importância de ações de prevenção de agravos, redução de danos e promoção de um atendimento humanizado, orientado pelo respeito à dignidade das usuárias e pela garantia de acesso aos serviços públicos.

No tocante à proteção das mulheres e ao enfrentamento das situações de violência, o representante ressaltou que essas ocorrências devem ser tratadas com seriedade, atenção e responsabilidade, mediante acolhimento, orientação e encaminhamentos adequados à rede de proteção. Explicou que o trabalho desenvolvido busca contribuir para o fortalecimento da autonomia das mulheres, para o reconhecimento de seus direitos e para a ampliação das possibilidades de superação das situações de vulnerabilidade e violência. Destacou, igualmente, a importância de considerar as repercussões dessas experiências sobre as crianças, tendo em vista que a exposição a contextos de violência pode comprometer seu desenvolvimento emocional, social e educacional. Nesse sentido, reforçou a necessidade de atuação articulada entre os serviços envolvidos, de forma a promover proteção, acompanhamento e respostas adequadas às necessidades das famílias.

No eixo da educação e do desenvolvimento infantil, Kayo Henrique apresentou as atividades educativas realizadas pela instituição, incluindo ações de reforço escolar, acompanhamento pedagógico, musicalização, contação de histórias e outras práticas de estímulo à aprendizagem e ao desenvolvimento das crianças. Destacou que essas iniciativas buscam ampliar as oportunidades de participação, favorecer o desenvolvimento de habilidades e contribuir para o fortalecimento dos processos de aprendizagem. Ressaltou, ainda, a importância da articulação com a rede municipal de ensino para apoiar o acesso à matrícula, a frequência escolar e o acompanhamento do percurso educacional das crianças atendidas. Mencionou também a colaboração de estudantes e instituições de ensino superior na realização de atividades educativas e de estímulo ao desenvolvimento infantil, ressaltando a contribuição dessas parcerias para a diversificação das ações e para o fortalecimento do trabalho institucional.

Quanto às ações de inclusão produtiva e promoção da autonomia econômica das mulheres, o mesmo apresentou as oficinas de geração de renda desenvolvidas pela



Casa Acolhedora, envolvendo atividades como culinária, costura, artesanato, pintura, confecção de bijuterias, maquiagem e outras práticas produtivas. Explicou que essas atividades têm como finalidade estimular o desenvolvimento de habilidades, ampliar as possibilidades de qualificação e incentivar a produção de bens que possam ser comercializados pelas participantes. Ressaltou que a geração de renda representa uma estratégia importante para o fortalecimento da autonomia das mulheres, contribuindo para a ampliação de suas possibilidades de organização financeira e construção de projetos de vida. Também mencionou a busca por articulações com instituições como SENAC, SEBRAE, SESC e SENAI, além de outros possíveis parceiros, visando ampliar o acesso a cursos, capacitações e oportunidades de inserção produtiva.

Ainda nesse contexto, apresentou a iniciativa denominada Banco Acolhedor de Sobral, voltada à educação financeira e ao incentivo à poupança entre as mulheres atendidas. Segundo explicou, a proposta busca estimular a organização dos recursos obtidos por meio da comercialização dos produtos confeccionados nas oficinas, promovendo orientações sobre planejamento financeiro, consumo consciente, definição de metas e utilização responsável dos rendimentos. A iniciativa também pretende incentivar as participantes a estabelecer objetivos relacionados à qualificação profissional, ao desenvolvimento de atividades produtivas e à concretização de projetos pessoais e familiares. Destacou que a educação financeira, associada às oportunidades de geração de renda, pode contribuir para o fortalecimento do protagonismo feminino e para a construção gradual de maior autonomia econômica.

No âmbito da segurança alimentar e nutricional, informou que a instituição oferta refeições durante o período de permanência das usuárias e das crianças, buscando contribuir para o atendimento das necessidades alimentares desse público. Enfatizou a realização de ações de educação alimentar, aproveitamento integral dos alimentos e prevenção do desperdício, bem como a importância das parcerias estabelecidas para o recebimento de doações e para a manutenção da oferta de alimentos. Ressaltou que a promoção da alimentação adequada deve considerar as necessidades específicas das gestantes, puérperas e crianças, integrando-se às demais ações de cuidado e proteção desenvolvidas pela instituição. Também apresentou a proposta de implantação e manutenção de uma horta educativa, com atividades de cultivo e aproveitamento de resíduos orgânicos, visando estimular práticas sustentáveis, promover aprendizagens relacionadas à alimentação e contribuir para a redução de despesas.

Dando continuidade, Kayo Henrique abordou as iniciativas relacionadas à educação socioambiental e à sustentabilidade, destacando propostas de sensibilização das usuárias e de suas famílias para o consumo consciente, o descarte adequado de resíduos, a reutilização de materiais recicláveis, o reaproveitamento de roupas e outros materiais na produção de artesanato, a compostagem e o uso racional da água. Explicou que essas ações buscam estimular atitudes responsáveis em relação ao meio ambiente e promover a participação das mulheres em atividades educativas e práticas. Acentuou que algumas dessas iniciativas podem ser articuladas às oficinas de geração de renda, permitindo que materiais reaproveitados sejam utilizados na confecção de produtos e contribuindo para a integração entre sustentabilidade, aprendizagem e inclusão produtiva.

No que diz respeito ao monitoramento e à avaliação do Plano de Trabalho de 2026, explicou que a instituição pretende acompanhar a execução das atividades por meio de registros de frequência, relatórios, registros fotográficos, indicadores de atendimento e avaliações periódicas. Informou que esses instrumentos são importantes para verificar a participação das mulheres e das crianças, acompanhar o desenvolvimento das ações planejadas, identificar dificuldades e avaliar a necessidade de ajustes na metodologia de trabalho. Ressaltou que o monitoramento sistemático contribui para a organização dos serviços, a qualificação do atendimento, a transparência na utilização dos recursos e a prestação de contas das atividades executadas. Destacou, ainda, que o acompanhamento dos resultados deve considerar tanto os dados quantitativos dos atendimentos quanto os aspectos relacionados à participação, ao acesso a direitos e ao desenvolvimento das ações previstas.

Ao longo da apresentação, reforçou que a continuidade e a efetividade do trabalho desenvolvido pela Casa Acolhedora dependem da articulação permanente com a rede intersetorial do município. Explicou que as demandas das mulheres gestantes, puérperas e de seus filhos e filhas envolvem diferentes dimensões da vida social, exigindo cooperação entre os serviços de assistência social, saúde, educação e demais políticas públicas. Nesse sentido, destacou que a atuação conjunta contribui para ampliar o alcance das ações, fortalecer os encaminhamentos e evitar que as famílias tenham de enfrentar isoladamente situações complexas de vulnerabilidade. Reafirmou, assim, que a finalidade do serviço é promover acolhimento, cuidado humanizado, redução de danos, fortalecimento dos vínculos familiares, proteção das crianças,

garantia de direitos e ampliação das possibilidades de autonomia das mulheres atendidas.

Kayo Henrique agradeceu a oportunidade de apresentar o Plano de Trabalho da Casa Acolhedora de Sobral, bem como as manifestações de apoio e a atenção pelos conselheiros. Ressaltou a importância da parceria institucional e da continuidade do diálogo com o Conselho para o desenvolvimento das ações e a manutenção do serviço destinado às mulheres e às crianças atendidas.

Na sequência, a presidente Ana Gilmaiza retomou a condução dos trabalhos e informou que o Plano de Trabalho do Instituto Trevo de Quatro Folhas/Casa Acolhedora de Sobral referente ao ano de 2026 seria submetido à apreciação do plenário. Para tanto, solicitou aos conselheiros que registrassem seus respectivos votos no chat da reunião, conforme o procedimento adotado para a manifestação dos participantes. Sendo aprovado por unanimidade pelos conselheiros presentes e posteriormente formalizada por meio da Resolução nº 19.

Concluída a exposição, os conselheiros manifestaram reconhecimento pela relevância social do trabalho apresentado, ressaltando a importância das ações desenvolvidas pela Casa Acolhedora no acompanhamento das mulheres e das crianças em situação de vulnerabilidade.

Na ocasião, a conselheira Francisca Mesquita expressou seu apoio à instituição e parabenizou os profissionais e colaboradores envolvidos na execução das atividades, destacando os desafios enfrentados na manutenção do serviço e a importância do compromisso coletivo para assegurar a continuidade do atendimento. Sua manifestação ressaltou a relevância do acolhimento, da proteção social, do fortalecimento dos vínculos familiares e da promoção de condições mais dignas para as mulheres e crianças acompanhadas pela instituição.

Ao final, foram registrados agradecimentos aos participantes, reafirmando-se a importância da atuação articulada entre o Conselho Municipal de Assistência Social, a gestão municipal, as organizações da sociedade civil e os demais integrantes da rede de proteção social para o fortalecimento da política de assistência social em Sobral. A discussão evidenciou, de um lado, a necessidade de intensificar as atividades das comissões do Conselho, especialmente as visitas institucionais e a elaboração dos respectivos relatórios, e, de outro, a relevância do acompanhamento e da apreciação dos planos de trabalho das entidades socioassistenciais. Esses aspectos reforçam a



Conselho Municipal de Assistência Social de Sobral
Lei Nº 062/96 e alterado pela lei 1475 de 10 de junho de 2015



responsabilidade do CMAS no exercício de suas atribuições de acompanhamento, análise e deliberação, contribuindo para a transparência dos procedimentos e para o aprimoramento dos serviços ofertados à população.

Para constar, eu, Oneide Pastora da Silva, lavrei a presente ata, que, após lida e aprovada, será assinada pelos representantes presentes, e arquivada junto aos registros oficiais do Conselho Municipal de Assistência Social – CMAS.

Sobral/CE, 14 de outubro de 2026.

ANA GILMAÍZA TOMAZ LOURENÇO
Presidente do Conselho Municipal de Assistência Social - CMAS

ONEIDE PASTORA DA SILVA

Secretária Executiva do Conselho Municipal de Assistência Social - CMAS

Carimbo de data/hora	Nome do conselheiro	Instituição
14/10/2026 16:43:05	Ivone do Vale prado Afonso	STDE
14/10/2026 16:43:25	IARASMIN VAZ DE SOUZA	SEPLAG
14/10/2026 16:45:09	Paulo Glaydson Sousa Costa Lopes	SAFS
14/10/2026 16:50:05	Aline Yara Nogueira Freire	SEUMA
14/10/2026 16:53:11	Maria Angelica Rodrigues Pinheiro	Instituto Trevo de Quatro Folha Casa Acolhedora
14/10/2026 16:54:56	Ailma Maria Gurgel da Silva	Apae de Sobral
14/10/2026 16:56:23	Francisca Francirene Tomaz Parente	Fazenda da Esperança
14/10/2026 17:05:40	Maria Macilene de Sousa	NUCRESS
14/10/2026 17:30:14	Aliny parente	Secretaria de educação
14/10/2026 17:40:21	Erilene sousa Mendes	Usuário do CRAS
14/10/2026 16:51:50	Ana Gilmaiza Tomaz Lourenço	Secretaria dos Direitos Humanos e da Assistência Social - SEDHAS